

## Planeamento familiar sem avanços significativos

17 Dezembro 2016



O PAÍS ainda não registou avanços significativos no planeamento familiar, sendo necessário e urgente que se intensifique a monitoria para tornar os métodos de contraceção mais acessíveis aos cidadãos.

Com efeito, resultados do Inquérito Demográfico e de Saúde 2015, partilhados quinta-feira durante a reunião nacional de Advocacia em Planeamento Familiar (APF), indicam que a taxa de natalidade no país reduziu para 5.3 por cento comparativamente aos 5.5 por cento do inquérito de 2011.

Páscoa Zualo Wate, do Departamento de Saúde da Mulher e da Criança no Ministério da Saúde, deu conta de que a inacessibilidade aos métodos do planeamento familiar tem repercussão negativa na saúde materno-infantil.

“O que nos preocupa são as mortes da mulher e da criança. Por isso que a nossa visão é estabelecer mecanismos para a redução deste fenómeno, o que passa pela sensibilização das

pessoas para aderirem ao planeamento familiar, sob todos os métodos de contracepção possíveis”, disse.

Acrescentou que a redução da natalidade e da mortalidade materno-infantil depende igualmente da mudança de atitude das pessoas, pois “às vezes não é por falta de conhecimento sobre os cuidados a ter na vida reprodutiva; é que as pessoas chegam mesmo a negligenciar o uso de métodos de contracepção”.

Refira-se que o acesso à contracepção pelas mulheres pode reduzir em 73 por cento as gravidezes não planificadas, as mortes maternas entre 25 e 35 por cento, bem como o aborto em 70 por cento.

“E se as mulheres tiverem os meios adequados para espaçar as gravidezes por um período de três anos, pode-se evitar a morte de crianças em 18 por cento até aos 28 dias de vida, de menores até ao primeiro ano de vida em 24 por cento”, refere um documento-guia para a advocacia em planeamento familiar.

**<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/63977-planeamento-familiar-sem-avancos-significativos.html>**